

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ZEZINHO BARBARY)

Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar o Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar o Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A transferência de recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental será realizada por meio de repasses mensais no valor de um salário mínimo, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A transferência dos recursos de que trata o caput será realizada por um prazo de até 2 (dois) anos, quando haverá reavaliação do beneficiário, podendo ser prorrogada nos termos do regulamento. (NR)”

Art. 2º Essa lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2011, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 535/2011, instituindo o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. O Programa de Apoio à Conservação Ambiental estabeleceu um pagamento trimestral de R\$300,00 às famílias em situação de extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e que desenvolvessem atividades em florestas nacionais, reservas

* C D 2 3 1 1 3 8 1 8 7 8 0 0 *



extrativistas federais, reservas de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, além de outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.

O programa foi regulamentado pelo Decreto nº 7.572/2011, que o denominou “Programa Bolsa Verde” e definiu atividade de conservação ambiental como sendo a manutenção da cobertura vegetal e o uso sustentável. O conceito é definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei nº 9.985/2000) como:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

.....

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

Na exposição de motivos, o Governo Federal argumentou que havia um público beneficiário potencial de 213 mil famílias e aproximadamente um milhão e meio de brasileiros, isso em 2010. A Caixa Econômica Federal foi a gestora financeira do Programa Bolsa Verde, pagando os cadastrados, e havia um Comitê Gestor, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e composto também pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

O programa contou com metodologia de monitoramento desenvolvido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O Bolsa Verde continuou atuando até 2017, e não foi revogado quando a Medida Provisória nº 1.061/2021 alterou a Lei 12.512/2011, extinguindo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Formalmente, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental ainda existe, no entanto, foi definitivamente



descontinuado com a transferência da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por meio do Decreto nº 9.667/2019¹.

Decorridos 12 anos da criação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, fica evidente que o valor original de R\$300,00 por trimestre se encontra defasado, e propomos reajustá-lo aqui para o salário mínimo nacional, com pagamento mensal. É uma necessidade para que as populações desassistidas em regiões remotas tenham condições dignas de vida, com a contrapartida de prestar serviços ambientais.

Buscamos com este projeto de lei revitalizar um programa socioambiental exitoso, que represente um auxílio permanente de subsistência às populações tradicionais, aos extrativistas e aos ribeirinhos residentes na região Amazônica e em outras partes do país, como forma de incentivo à conservação do meio ambiente irmanada ao desenvolvimento social.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ZEZINHO BARBARY

2023-2651

¹ <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/bolsa-verde>

